



# Anais da Assembléia

Nº 08

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 24 DE FEVEREIRO DE 1994

ANO XX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL .....	Deputado NELSON GARCIA
PDT .....	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT .....	Deputado OVIDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL .....	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP .....	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB** — 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - ● Oswaldo Trevisan - ● Luiz Henrique Bona Turra - ● Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** — 10: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli; **PFL** — 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT** — 08: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Rossoni - Valderi Mendes Vilela; **Suplentes:** Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB** — 10: Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregoneze - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB** — 02: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig; **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko; **PT** — 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL** — 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi, Mário Vargas J. da Rocha; **SEM PARTIDO** — 02: Hermas Eurides Brandão - Carlos Xavier Simões. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e Cidadania; Algaci Ormário Túlio - Secretário Municipal Extraordinário de Assuntos Metropolitanos da Capital do Estado. (●) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 05.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 1994.

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Dr. Rosinha, Edson Silva Lino, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni. (39). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cezar Silvestri, Carlos Simões, Duílio Genari, Elío Rusch, Ernani Pudell, João Preis, José Alves, Luiz Antonio Setti, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nereu Alves de Moura, Ovídio Constantino e Valderi Mendes Vilela (14). Em licença o Senhor Deputado José Arthur Ritti (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIO N° 007/94

Senhor Presidente.

Pelo presente comunico a Vossa Excelência que represento nesta Casa o Partido Liberal, como seu único integrante, e respondendo pela liderança dessa agremiação partidária junto à Assembleia Legislativa.

Ao ensejo renovo meus protestos de consideração e apreço.

Curitiba, quinta, em 24.02.94

Sala das Sessões, em 24.02.94

(a) COLOMBINO GRASSANO

OFÍCIO N° 027/94

Senhor Presidente.

Solicito justificativa à minha ausência na sessão ordinária desta Casa de Leis, no dia 24 de fevereiro de 1994, por me encontrar em Francisco Beltrão, prestando solidariedade àquela população face a morte do senhor Eloi Beal, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele Município.

Sendo o que se apresenta no momento, reitero protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 24.02.94

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A Liderança do PDT comunica à Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a relação dos Deputados do Partido Democrático Trabalhista com assento nesta Casa.

Paulo Maia de Oliveira - Líder; Emilia Belinati, Namir Piacentini, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Valdir Rossoni e Valderi Vilela.

Sala das Sessões, em 24.02.94

(a) PAULO MAIA

Líder do PDT

INDICAÇÃO.

Senhor Presidente.

Vimos através do presente encaminhar a Vossa Excelência, conforme listagem, os nomes dos Deputados que compõem a Bancada do PMDB.

Nereu Moura, Eurides Moura, Luiz H. Bona Turra, Orlando Pessuti, Cleiton Kielse, Oswaldo Trevisan, Arlindo Troian, Renato Adur, Domingos Carvalho, Toti Colaço, Severino Félix e Djalma de Almeida César.

Sem mais para o momento, reitero votos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 24.02.94

(a) RENATO ADUR

Líder do Governo e PMDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Pelo presente, informo a esta Presidência que os Deputados que compõem a bancada do Partido dos Trabalhadores-PT, nesta Casa são: Ernani Pudell, Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) e Ovídio José Constantino.

Sendo o que se apresenta para o momento reitero protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 24.02.94

(a) OVÍDIO CONSTANTINO  
Líder do PT

# Requerimento:

REQUERIMENTO N° 161

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovado em 2.<sup>a</sup> discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 24.02.94

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

# Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 035/94

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Estadual, autorizado a doar ao Município de Prudentópolis, a área de terra, localizada na Avenida São João, esquina com a Rua Prefeito Affonso Ditzel, na quadra n° 82, lote n° 05, com área de 437,00m<sup>2</sup>; sendo de frente 19,00 metros, que divide com a Avenida São João; lado direito com 23,00 metros, que divide com a Rua Prefeito Affonso Ditzel; fundo com 19,00 metros, que divide com o lote do Estado do Paraná; lado esquerdo com 23,00 metros, que divide com o lote de Alaor Strömel; contendo uma edificação com 520,00m<sup>2</sup>; pertencente ao Estado do Paraná, conforme consta do Registro n° 7954, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Prudentópolis.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 24.02.94

(a) TOTI COLAÇO

# JUSTIFICATIVA:

Trata-se da concretização de doação verbal feita pelo Senhor Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, quando de sua honrosa visita, em 20.01.94, ao Município de Prudentópolis.

É um sonho antigo da municipalidade ter para si o prédio em questão, visto que a Prefeitura quer preservar a edificação por ser antigo e tratar-se de um dos primeiros prédios que foram construídos no Município.

Além de sua preservação, pretende a Prefeitura Municipal alojar a Secretaria da Educação; a Secretaria da Agricultura e o escritório da EMATER, que encontra-se em

prédio alugado.

Ciente da sensibilidade dos nobres pares desta augusta Casa de Leis, principalmente face às dificuldades que os municípios passam em alojar os órgãos públicos e que precisam de uma efetiva atenção é que contamos com a aprovação do projeto em tela.

PROJETO DE LEI N° 036/94

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o Lar da Divina Providência de Guaraci, com sede e foro na mesma cidade.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.02.94.

(a) EURIDES MOURA

# JUSTIFICATIVA:

O Lar da Divina Providência de Guaraci, representa para os idosos carentes desta cidade um esteio para suas vidas já tão atormentadas. Realizando um trabalho social de extrema relevância, esta entidade destina-se ao amparo, alojamento e assistência aos seus internos, proporcionando-lhes um bem-estar digno de sua condição.

A entidade não possui nenhum auxílio no âmbito Estadual ou Federal, bem como não possui nenhum convênio firmado, atendendo com recursos próprios, famílias carentes e pessoas de idade avançada.

A lei de Utilidade Pública municipal é a de n° 675 de 23 de novembro de 1990.

O Lar está com sua situação jurídica regular conforme comprova documentação integralizada.

A lei estadual virá beneficiar grandemente o trabalho da entidade, trabalho este tão relevante para a comunidade.

PROJETO DE LEI N° 037/94

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Estrela Máxima - Creche Tia Nelma.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.02.94.

(a) EURIDES MOURA

# JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente Estrela Máxima, desenvolve um trabalho de grande importância junto a menores carentes, sem qualquer distinção, educando-os e orientando-os, a fim de integrá-los à comunidade.

de.

Através de orientação técnica adequada, a entidade estuda ainda os problemas sociais visando a integração sócio econômica dos que necessitam. A Associação desenvolve atividades pedagógicas, culturais, de orientação da higiene, acompanhamento médico através das estruturas da comunidade.

A entidade atende atualmente 130 crianças e adolescentes, não visando quaisquer fins lucrativos sendo que a diretoria e demais cargos e funções não são remunerados.

A situação jurídica está perfeitamente regularizada, conforme documentação integralizada.

A Lei Municipal que declarou a entidade como de Utilidade Pública é a de nº 3959 de 04 de Maio de 1983.

A Lei Estadual agora requerida virá beneficiar de forma significativa o desenvolvimento desta entidade.

PROJETO DE LEI Nº 038/94

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir atendimento médico especializado às pessoas de terceira idade nos hospitais estaduais.

Parágrafo Único - São consideradas de terceira idade, as pessoas maiores de 60 (sessenta) anos.

Art. 2º - Torna-se obrigatória a criação e manutenção de serviço permanente e ininterrupto de atendimento médico especializado às pessoas de terceira idade em todos os hospitais públicos estaduais.

Art. 3º - O serviço a que se refere o artigo anterior deverá ser prestado por médicos geriatras e gerontólogos e por profissionais comprovadamente especializados no tratamento e atendimento médico às referidas pessoas.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.02.94.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição pretende garantir atendimento médico especializado às pessoas de terceira idade nos hospitais públicos do Paraná.

Tendo uma grande participação percentual na população total, os maiores de

sessenta anos sofrem com a falta de uma política voltada para o bem-estar dos idosos. O desrespeito diário sofrido pelos nossos idosos, a falta de opções de lazer, as dificuldades enfrentadas nos estabelecimentos comerciais, as lamentáveis condições de saúde são alguns exemplos da rotina dessas pessoas, rotina esta que necessita ser modificada urgentemente.

A luta em defesa dos direitos da terceira idade é longa e difícil. É necessário o envolvimento de todos os segmentos da nossa sociedade e o apoio do Poder Público para o sucesso das iniciativas envolvidas nessa defesa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Paraná teve grandes áreas de seu Estado interditadas na década 60, 70, onde se verificou a presença nos pomares cítricos do Estado de São Paulo do cancro cítrico. E, em defesa dos pomares paulistas, especialmente, e também do Rio, o Brasil através do Ministério da Agricultura firmou convênio internacional em que inibia os Estados onde se verificava tal doença, tal mal, de cultivarem os pomares cítricos.

O Estado do Paraná que teve o processo após a década de 60 de êxodo rural, especialmente pela queda da nossa cafeicultura em função, não só do clima, mas das doenças que surgiram e que praticamente liquidaram com a cafeicultura no nosso Estado principalmente da Região do Arenito do Caiuá, motivou ainda mais, todos nós, para que iniciássemos então.

E foi preocupação nesta Casa desde o meu primeiro mandato, que o Paraná tivesse as suas áreas interditadas, levantada essa inibição ou esta proibição. Porque apenas o Estado de São Paulo produzia cítricos. Muito embora, no nosso vizinho Estado, se verificasse a existência deste mal. Mas lá a Secretaria de Agricultura, que certamente com a orientação de um governo que viu além das suas fronteiras, o combate permanente ao cancro cítrico.

Enquanto os anos se passavam o Paraná tinha diminuído a sua área da cafeicultura e impedido de plantar laranja e limão, não para concorrer com São Paulo, mas nós precisávamos, para salvar as nossas regiões, especialmente o arenito do Caiuá que as terras não são tão férteis quanto as roxas. A busca de uma diversificação, alguma coisa que pudesse a contento financeiro e econômico substituir o café.

Pois bem, mil dificuldades. Não conse-

guimos a liberação das áreas. Havia convênio internacional. São Paulo não tinha esse interesse também de que o Paraná plantasse laranja. Foi daí que várias providências desta Casa, resultou-se na constituição de uma comissão especial, da qual fui Presidente, integrada pelos ilustres Deputados Orlando Pessuti, atual Presidente desta Casa e Paulo Furiatti. Foram feitas inúmeras viagens, reuniões nos quatro cantos do Estado, por que buscávamos sensibilizar, não só o Governo do Estado mas principalmente autoridades, Prefeitos e Vereadores.

Foi possível, foi sem dúvida, uma vitória do Poder Legislativo no início do Governo Sarney quando então, o Ministro da Agricultura, o ex-Governador do Rio Grande do Sul, Senador Pedro Simon, recebeu uma comissão numerosa do Paraná em Brasília, integrada por vários Deputados Federais, alguns Deputados Estaduais, inúmeros Prefeitos e alguns Vereadores.

E, em Brasília,...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - V.Exa. passa a falar no Horário do PFL.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - ... o Ministro nos ouvindo e ouvindo a comissão do Paraná, entendeu de que no Paraná também se plantasse laranja e, decorridos alguns poucos meses daquela reunião em Brasília, S.Exa., o Ministro veio para o Paraná - em Londrina, precisamente - a convite do ex-Governador - então Governador José Richa - para inaugurar a milésima ligação rural da COPEL no Paraná.

Naquela oportunidade, o Ministro então assinou portaria levantando a interdição das áreas proibidas pelo Paraná para o plantio de cítricos. Fixavam assim, a partir daquele instante, algumas exigências de caráter técnico e sanitário, exigidas de Brasília. O Paraná ficava autorizado a iniciar os seus projetos de citricultura.

Foi quando então a COCAMAR de Maringá, tomou a iniciativa de, na nossa região, no Noroeste, executar um projeto que previa - e prevê - cerca de 30 hectares plantados em laranjas, com indústria instalada na Cidade de Paranavaí.

Não é a COCAMAR. É a integrante principal que tem cerca de 55% das ações; a Cooperativa de Nova Londrina, outros 15 ou 20% e o grupo financeiro-econômico americano, integraliza o projeto.

Pois bem, estamos próximos de 6 mil hectares de área plantada naquele projeto que alcança cerca de 62 municípios. Os pomares mais velhos estão com 4 para 5 anos e me permito dizer que conheço dessa cultura, porque tenho pequena área plantada, cerca de 10 alqueires, em laranjas, agora

com a produção dos quatro primeiros anos.

É uma cultura, no meu entendimento, condizente para a nossa região, aconselhável em todos os aspectos, mas sua manutenção é caríssima. A laranja exige muito: adubação, pulverização, sua proteção contra insetos, pragas, exige máquinas, tratores, pulverizadores, e não há financiamento para isto.

A nossa produção pequena, de 93, foi entregue à CIPROCOP por cerca de três cruzeiros e cinquenta centavos, ou até 4 cruzeiros em julho e agosto de 93, que é um valor insignificante e que não alcançava os custos.

Mas nós todos, pioneiros neste projeto, queremos o seu sucesso.

Agora recentemente, nesta semana, estamos tendo notícias pelos jornais de que a CIPROCOP acaba de receber autorização para financiamento de cerca de 7 milhões e meio a oito milhões de dólares para implantação da indústria em Paranavaí.

A notícia é bem recebida e oportuna, porque não se pode mais produzir laranja para ser entregue ao consumo assim que decorre a sua colheita.

A esperança é nossa para sua industrialização, que os depósitos possam permitir que os produtores obtenham valor melhor do que este ocorrido em 93, especialmente porque os nossos pomares são novos, de 4 para 5 anos, com produção em média de uma caixa por pé, e ainda não atendem as despesas exigidas para sua manutenção.

Venho então a esta tribuna para falar do nosso contentamento, como ex-integrante da Comissão que vem tratando do assunto há muitos anos. Como citricultor que sou, embora dos menores, mas para o Paraná é preciso que este projeto seja salvo e a esperança reside na sua industrialização. Desejo que estes dólares a serem obtidos através do BRDE e do BANESTADO, cerca de 4 milhões e meio do BRDE e 3 milhões de dólares do BANESTADO, sejam capazes de possibilitar a industrialização em Paranavaí, para que o suco seja concentrado e industrializado, não só para a venda do Interior de nosso Estado, como também sob forma concentrada, ser exportado para outros países.

Daí então os citricultores desestimulados hoje, porque como eu disse, os valores não representam os custos, possamos todos nós não só mantermos os mínimos de lavouras, de pés de laranja que temos, mas como também, especialmente, o de se ampliar de 6 mil hectares para 30 mil hectares na Região Noroeste do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não havendo mais oradores inscritos no Pe-

queno Expediente, nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

PP.

(Declina).

PT.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Ao nível nacional tem-se discutido o plano de Fernando Henrique Cardoso por quase todos os setores da sociedade, mas um documento formulado numa das subcomissões que dividia a Comissão Especial da Câmara dos Deputados, analisou esse plano e poucas pessoas tiveram acesso à análise feita.

Essa subcomissão era composta por Deputados de todos os partidos e foi aprovada um relatório por unanimidade no qual foram levantados vários pontos, mas abordarei aqui somente alguns deles.

O programa de governo diz que a causa essencial da inflação é o deficit público. Baseado nesta premissa, Fernando Henrique propõe um ajuste fiscal de 22,2 bilhões de dólares e para isso esse ajuste propõe cortes de despesas e elevação de receitas.

O outro ponto diz respeito à alta desenfreada de preços, a inflação, e propõe o plano a criação da URV e que mais tarde seria criada uma nova moeda. Diz como proposta que isso será possível porque o Brasil hoje tem uma reserva de 35 bilhões de dólares.

Esta comissão de Deputados Federais passou a analisar o plano a partir dessas premissas e chamaram vários economistas, inclusive o diretor do Banco Central. Expôs o diretor do Banco Central que de 87 a 93 o Brasil pagou 90 bilhões de dólares de dívida, ou seja, mais doze bilhões de dólares ao ano, e propõe a pagar, entre 94 e o ano 2000, cerca de 141,3 bilhões de dólares. Isto representa vinte bilhões de dólares ao ano. Esta é a exigência do Fundo Monetário Internacional, dos credores internacionais para uma assinatura de acordo em abril.

Após as análises, nós voltamos para o Plano. Diz que o Brasil tem uma reserva de 35 bilhões de dólares e que essa reserva impede a emissão de mais moedas e, com isso, a inflação. Se nós analisarmos que o saldo da balança comercial atualmente, por ano, tem sido de quinze bilhões que o Brasil assume com o Fundo Monetário Internacional, significa que nós teremos que buscar 5 bilhões de dólares emprestados ao ano. Portanto tal plano, entre os seus males, já demonstra que não é a solução para a atual crise econômica que o Brasil passa e que não há saldo suficiente, de acordo com esses Deputados, para cobrir as exi-

gências dos credores internacionais.

Portanto, além de achatar salário, além de fazer maior concentração de renda entre os monopólios e oligopólios, aumenta a dívida externa brasileira.

O achatamento salarial se dá precisamente no momento em que a transformação do cruzeiro para URV se tornar pela média dos últimos meses do salário. Somente é possível a perda salarial se ambos forem feitos pela média ou ambos forem feitos pelo pico, tanto salários como mercadorias; senão, há uma perda salarial. E se não for compulsório o plano, também favoreceria a transferência de capital do pequeno empresário para o grande empresário.

No momento em que o oligopólio, como por exemplo cito os próprios deputados como donos de uma pequena empresa, de uma padaria passa a comprar farinha em URV do oligopólio e vendendo pão em cruzeiros, ele não tem como sustentar-se ou ele fale ou tem uma hiperinflação aumentando o pão em cruzeiro todos os dias, porque a URV será inflacionária em relação ao cruzeiro.

Essas são as análises feitas por essa comissão de Deputados e que não estão se tornando públicas.

Digo mais uma vez: era uma comissão formada por todos os partidos e foi aprovada por unanimidade, todos eles condenando, porque o plano já está pré-estabelecido a sua falência com isto e também já está pré-definida a concentração de capital na mão dos oligopólios e monopólios e o achatamento salarial de acordo com a análise dos mesmos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Lideranças do PL, PDT, PMDB, PSDB e PTB.  
(Declinam)

Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 39 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 007/94, subscrito pelo Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente, comunicando que representa nesta Casa o P.L., como seu único integrante, e responde pela liderança dessa agremiação partidária junto à Assembléia Legislativa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 027/94, subscrito pelo Sr. Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 24 do corrente mês, em função de viagem ao Município de Francisco Beltrão, prestando solidariedade àquela população face a morte do Senhor Elói Beal, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício n° 016/94, subscrito pelo Sr. Deputado Paulo Maia, na qualidade de Líder do P.D.T., constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados para a Bancada do P.D.T., nesta Casa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício n° 026/94, subscrito pelo Sr. Deputado Ovídio Constantino, na qualidade de Líder do P.T., constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados que irão compor a Bancada do P.T., nesta Casa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício n° 055/94, subscrito pelo Senhor Deputado Renato Adur, na qualidade de Líder do Governo e P.M.D.B., constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados que irão compor a Bancada do P.M.D.B., nesta Casa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n° de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Eurides Moura, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ITEM 01

2.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 004/94, autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 006/94. Reajusta, a partir de 1° de fevereiro de 1994, em 60% (sessenta por cento), os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares ativos e inativos e os salários do pessoal contratado nos termos da Lei n° 9198, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em n° de 02 (duas), de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha e da Sra. Deputada Emilia Belinati, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE N° 01 PROJETO DE LEI N° 004/94

A presente proposição altera o início do art. 4°, do Projeto de Lei em epígrafe: "O valor do salário-família, por dependente legal, fica reajustado para Cr\$ 480,00 (quatrocentos oitenta cruzeiros reais)".

"O valor do salário-família, por dependente legal, fica reajustado para Cr\$ 12.848,70 (doze mil, oitocentos quarenta e oito cruzeiros reais e setenta centavos), ou seja 30% (trinta por cento) do salário-mínimo, a partir de 01 de fevereiro de 1994".

Sala das Sessões, em 24.02.94

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoio: Luiz Carlos Martins, Rossoni, Geraldo Cartário, Lourenço Fregonese.

#### JUSTIFICATIVA:

A alteração do referido artigo deve-se a finalidade de se adequar o benefício ao objetivo da legislação que o institui, ou seja de auxiliar ao trabalhador no sustento e educação de seus filhos e/ou dependentes, conforme dispõe a Lei Federal n° 4.266/63, responsável pela implantação do salário-família a nível nacional. Embora a legislação fosse concernente aos celetistas, o regime estatutário do Paraná, através da Lei 6.325 de 27.10.72, recepcionou o mesmo espírito em seu art. 195.

A vinculação ao salário-mínimo, na propositura em questão, encontra respaldo legal na Lei Federal n° 7.789/89, que em seu art. 3°, ressaltou "os benefícios de prestação continuada pela Previdência Social da vinculação do salário-mínimo". Isto é, somente estes benefícios podem ser vinculados ao salário-mínimo, sendo vedada qualquer outra vinculação do salário mínimo, para qualquer outro fim.

Logo, a emenda em questão, visa adequar o projeto de lei em exame aos ditames legais vigentes, supra mencionados; aproximando-se de sua finalidade. Evidente que 30% do salário-mínimo ainda não chega a cumprir o escopo da norma, pois a realidade dos preços de nossa economia afronta as expectativas legais. Entretanto, auxilia o trabalhador de forma mais realística que Cr\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta cruzeiros reais), importância inferior a um litro de leite ou a um caderno mais simples.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N° 02

Incluir no inciso II, do art. 7°, do Projeto de Lei n° 001/94, os seguintes órgãos: Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná da Universidade Estadual de Londrina (Londrina), Clínica Odontológica da Universidade Estadual de Londrina (Londrina) e do Hospital Universitário Regional de Maringá da Universidade Estadual de Maringá (Maringá), portanto o art. 7° passará a ter a seguinte redação:

"Art. 7° - Fica instituída a Gratificação de Atividade Específica atribuída aos servidores da Secretaria de Estado da Saúde, do Instituto de Saúde do Paraná, da Universidade Estadual de Londrina e da



Universidade Estadual de Maringá lotados nas Unidades de Atendimento Ininterrupto à população durante as 24 (vinte e quatro) horas diárias, calculada sobre o vencimento básico, nos seguintes percentuais:

I - ...

II - 30% (trinta por cento) para os servidores lotados no Centro Psiquiátrico Metropolitano (Curitiba), no Hospital Dr. Anísio Figueiredo - Zona Norte (Londrina), no Hospital Dr. Eulalino Ignácio de Andrade - Zona Sul (Londrina), no Hospital Geral Mauro Senna Goulart (Curitiba), no Hospital Oswaldo Cruz (Curitiba), no Hospital Regional de Cascavel (Cascavel), na Rede Estadual de Hemocentros e Hemonúcleos, no Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná da Universidade Estadual de Londrina (Londrina), na Clínica Odontológica da Universidade Estadual de Londrina (Londrina) e no Hospital Universitário Regional da Universidade Estadual de Maringá (Maringá);

III - ..."

Sala das Sessões, em 24.02.94

(a) EMÍLIA BELINATI

Apoiamto: Namir Piacentini, Lourenço Fregonese, Paulo Maia, Colombino Grassano, Doutor Rosinha.

JUSTIFICATIVA:

Ao analisarmos o presente Projeto, constatamos que no art. 7º, onde está sendo concedido Gratificação para os servidores na área da saúde que trabalham nas Unidades de Atendimento Ininterrupto à população durante 24 horas, a falta dos que trabalham nos órgãos ligados às Universidades Estaduais. A Constituição de 1988 estabeleceu a isonomia entre os servidores justamente para evitar a disparidade de tratamento entre os da administração direta, de um lado, e os das autarquias e fundações, de outro. Para tanto, o Constituinte Estadual, reafirmou em nossa Carta no art. 33, inciso VI, esta posição:

"Art. 33 - ...

VI - tratamento uniforme aos servidores públicos, no que se refere à concessão de índices de reajuste ou outros tratamentos remuneratórios ou desenvolvimento nas carreiras".

Estamos recebendo, está chegando à Mesa, de autoria do Dr. Rosinha e apoiado pelo Deputado Luiz Carlos Martins e outros Deputados, Emenda de Plenário nº 1 e também de autoria da Emília Belinati e apoiada por outros Deputados, Emenda nº 2.

Diante do que dispõe o artigo 66 da Constituição do Estado, ressalvado o disposto desta Constituição, "São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que dispõem sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Execu-

tivo ou aumento de remuneração", deixamos de receber as duas Emendas.

Em votação o Projeto. **Aprovado.**

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Pego verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal, para a verificação de quórum.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, retiro o pedido de verificação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está retirado.

Fica portanto, retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 004/94.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 005/94, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça. Fixa os vencimentos básicos mensais do cargo de Procurador-Geral de Justiça, a partir de 1º de fevereiro de 1994. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Requeiro chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere e solicita do Senhor 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Zuk) - (Procede a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Senhor 1º Secretário Luiz Carlos Zuk informa a presença de vinte e oito Senhores Deputados. Há quórum para deliberação e prosseguimento da Sessão.

Solicito aos Senhores Deputados que retornem aos seus lugares para procedermos a verificação de votação requerida pelo Deputado Colombino Grassano.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, não concordando com a iniciativa da Mesa com relação ao disposto no Artigo 66, que deixa de receber a emenda da Deputada Emília Belinati, nós da Banca do PDT queremos discordar. Primeiro: a iniciativa é do Poder Executivo, mas em momento algum esta Casa está privada do direito de apresentar emenda a qualquer projeto, seja ele de iniciativa do Gover-



nador.

E outra questão: eu creio que cabe à Comissão de Constituição da Casa o Parecer em relação à constitucionalidade ou não de qualquer iniciativa de Deputado. É o que diz a lei.

E mais, queremos deixar bem claro que quando a Deputada Emilia Belinati tomou a iniciativa de uma Emenda Aditiva era tão somente com o intuito de fazer uma observação e quiçá até uma correção ao que faltou ao projeto de Sua Excelência o Senhor Governador quando deixa de incluir no processo de reajuste a gratificação aos funcionários dos seguintes órgãos: Hospital Universitário e Regional do Norte do Paraná, da Universidade Estadual de Londrina, Clínica Odontológica da Universidade Estadual de Londrina e do Hospital Universitário e Regional de Maringá e da Universidade Estadual de Maringá.

Então é este o objetivo que teve a Deputada Emilia Belinati, foi simplesmente o de sugerir, porque também esses são funcionários que deverão ser pagos pelo Governo do Estado e que não estão incluídos nesta Mensagem.

É a nossa questão de ordem.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) -

Queremos, Senhor Presidente, discordar da colocação do ilustre Deputado Paulo Maia, apesar de não ser o autor da emenda, mas eu acho que a posição da Mesa vem de encontro com aquilo que nós desejamos.

Todas as vezes que há um aumento do funcionalismo público aqui nesta Casa, sempre há alguém que quer pegar uma carona na mensagem do Governador do Estado, utilizando dos meios de demagogia para utilizar através da imprensa, dizendo que tem que melhorar o salário, aumentar quando nós não temos poder e autonomia para embutir qualquer tipo de recursos quando a questão financeira é de competência do Governo do Estado.

Então, acho que a Mesa tem uma posição correta para eliminarmos estes tipos de demagogias procurando os interesses eleitores.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Quero apenas discordar aqui do companheiro Dirceu Manfrinato - por quem tenho grande respeito - porque a questão da emenda, ela não tem iniciativa de propor reajuste a ninguém e nem pretende fazer demagogia com quem quer que seja.

A questão é que estamos apenas frisando de que os funcionários desses poderes, companheiro Dirceu Manfrinato, é lembrar os funcionários desses Poderes, desses órgãos que não foram atingidos pelo reajuste do Governo do Estado. Não é conceder rea-

juste. Não é dar nenhuma outra garantia. É apenas lembrar ao Governo do Estado que esses servidores não serão beneficiados pelo reajuste que o Governo está encaminhando a esta Casa.

Se fosse em termos de alterar os percentuais de Sua Excelência o Senhor Governador, com certeza nós não estaríamos aqui fazendo esta preleção.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Mesmo assim Vossa Excelência sabe que é inconstitucional, porque nós não temos competência de alterar.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

A emenda da Deputada Emilia Belinati que teve o meu apoio e a emenda colocada por nós não tem objetivo de aumento salarial e a Constituição é clara: não temos competência e poder de aumento de salário, mas a discussão de benefícios é permitida e não é vedado que se discuta por este Parlamento e que proponha emendas. E quem tem que dizer se a emenda é constitucional ou inconstitucional é a Comissão de Constituição e Justiça e não o Presidente da Mesa, dizendo que não aceita por entender inconstitucional.

Cada um de nós deve fazer a leitura que desejar quanto legalidade e inconstitucionalidade. Mas não cabe ao Presidente desta Casa e sim à C.C.J. designar o seu relator e ir lá debater e dizer, se emendas são ou não inconstitucionais.

Portanto, a Mesa teria que aceitar - e é garantido isso no Regimento - que sejam aceitas essas emendas.

O SR. OSWALDO TREVISAN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, andou bem Vossa Excelência quando não acatou a emenda da Deputada Emilia Belinati. Conquanto pretenda ela e talvez seja o desejo de todos nós, quanto mais salário nós pudermos pagar aos servidores, melhormente atendidos estarão os servidores e nós, como Deputados, estaremos perante os servidores, não há dúvida, bem situados política e eleitoralmente.

No entanto, andou bem Vossa Excelência, porque Vossa Excelência precisa ater-se ao Regimento Interno. E o Regimento Interno no seu artigo 20, diz: "São atribuições do Presidente, além de outras conferidas neste Regimento, cumprir exatamente este Regimento, cumprir a Constituição e é isso que Vossa Excelência está fazendo e fez ao decidir sobre as emendas da Deputada Emilia Belinati.

Quando digo que esta Casa não pode aceitar sofismas, eu quero, neste passo, contraditar o Deputado Rosinha que vem di-

zer que nós não podemos, que nós temos poderes ou podemos tratar sobre salário. No entanto, Deputado, a lei não fala em salário, a lei não fala em gratificações. A lei fala em despesas. É uma forma genérica que abrange salários, comissões e tudo.

Então, observem, art. 68: "Não é admitido aumento de despesa previsto nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado".

Portanto, esse é um Projeto de iniciativa exclusiva do Governador, a Constituição é taxativa, não se permite aumento de despesa. Portanto andou bem V. Exa. e V. Exa. tem o nosso apoio na sua decisão. E mais, Sr. Presidente, é matéria vencida.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, é com tristeza que ouço o Deputado Trevisan usar da tribuna nesta Assembléia Legislativa. Professor de universidade, professor que alardeia conhecimentos da Constituição, que, com seu conhecimento, tem trazido alguma luz para esta Casa Legislativa, vem dar a V. Exa. uma competência que o Regimento Interno não estabelece. Vossa Excelência, Senhor Presidente, guindado ao mais alto cargo desta Casa, Vossa Excelência, Senhor Presidente, eleito quase que pela unanimidade dos Senhores Deputados, V. Exa. que até o presente momento tem se mostrado um Deputado responsável, um Presidente sério, um homem afeito à Lei, um homem que está tendo o seu mandato julgado diariamente pelo comportamento de dirigir este Poder Legislativo, Senhor Presidente, com toda honestidade, não tem competência a Presidência para ser fiscal da Constituição ao presidir os nossos trabalhos. Quantos e quantos projetos são encaminhados, são lidos e são enviados à C.C.J. flagrantemente inconstitucionais.

No dia 15, Senhor Presidente, naquela tribuna, o Senhor Governador do Estado, após ler a sua mensagem de abertura da 4.<sup>a</sup> Sessão Legislativa, num improviso que a todos surpreendeu, disse que enviaria à Assembléia Legislativa do Paraná, Mensagem que, embora inconstitucional, tinha um aspecto moral a sobrepor à própria Constituição Federal. São palavras do Senhor Governador e V. Exa. não teve o mesmo cuidado, a mesma preocupação e a mesma cautela em devolver ao Poder Executivo aquela mensagem, porque, não dita por mim, pela oposição ou por qualquer dos Senhores Deputados, mas na palavra do Senhor Governador, de que era inconstitucional a sua mensagem, mas que naturalmente esperava a compreensão dos Senhores Deputados. De pronto V. Exa. já abriu prazo de três dias para receber emendas à Constituição, num processo que se concebe, em andamento, às vésperas da revisão constitucional da nos-

sa Constituição de 1988, ora procedida pelo Congresso. Momento inoportuno para fazer qualquer emenda constitucional, como foi julgado inoportuno, o projeto da lei do Senhor Deputado Fregonese que está praticamente arquivado. Não é da competência e não do Regimento Interno e nem da Constituição do Estado, Senhor Presidente, o filtro ou o deliberador de que uma matéria é constitucional ou inconstitucional. É dever, isto sim, como tem sido até hoje feito nesta Casa, pelo Senhor Presidente Orlando Pessuti, é do seu dever encaminhar à Comissão competente e sempre à Comissão de Constituição e Justiça, para que ela sim proceda sobre se a matéria é constitucional ou inconstitucional. No caso que está aí, o Senhor Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e no caso de, mesmo com parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, as matérias inconstitucionais vêm a Plenário, são aprovadas, são vetadas pelo Sr. Governador do Estado, os vetos aqui às vezes são rejeitados.

O procedimento de V. Exa., Senhor Presidente, que deve merecer o nosso respeito e a nossa consideração, pelo cargo que ocupa como dirigente dos demais 53 Deputados, é um procedimento que não enobrece, me permita, esta Casa.

Somos sempre, temos sido sempre e procuramos nos aliar àqueles defensores da Constituição e do Regimento Interno. O Regimento está sendo ferido, a Constituição está sendo ferida, porque V. Exa. julgou, decidiu sobre matéria que não é da competência da Presidência da Assembléia Legislativa. V. Exa. bem que poderia, dando um grande exemplo de democracia, rever a sua decisão, remeter até mesmo a emenda da Deputada Emilia Belinati à C.C.J., e pela primeira vez nesta Casa, para que não haja um precedente, para que não se firme jurisprudência sob a competência da Presidência, em julgar a matéria constitucional ou inconstitucional.

Pela primeira vez nesta Casa, sugiro que se vote Comissão Geral para apreciar a emenda constitucional e creio que nesse meu apelo, está também a consciência de todos aqueles que fazem parte da Comissão de Constituição e Justiça, porque a Justiça, a Constituição devemos defender e preservar.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, prestei muita atenção aos debates, tanto as palavras do Deputado Paulo Maia, Deputado Rosinha, Deputado Oswaldo Trevisan e agora, por último, Deputado Colombino Grassano. Até posso concordar com a argumentação exposta aqui pelos Deputados Florisvaldo Fier, Paulo Maia e Colombino Grassano. Entretanto, não sei

dizer em latim, porque não sou bacharel em Direito, não tenho curso superior, mas há uma frase em latim que diz que "o Direito não ampara aqueles que dormem" e dormiram os Deputados que estão argumentando contra a decisão de V. Exa..

O momento não é este, porque a matéria está vencida, o projeto já foi aprovado e o que está sendo apreciado agora é a verificação de votação do processo seguinte da ordem da pauta. Todas estas questões deveriam ser levantadas no instante em que V. Exa. tomou uma decisão a meu ver correta, neste instante deveria-se recorrer ao Plenário para ratificar, ou retificar a decisão de V. Exa.. Ninguém o fez. Portanto, dormiram no ponto, como se diz na gíria. Quem dorme no ponto é chofer de táxi. Aqui não tem chofer de táxi.

A Matéria não comporta mais discussão. Podem até ter razão os que argumentaram contra a decisão de V. Exa.. Não discuto isto. Mas não é o momento apropriado para se levantar esta questão e para que V. Exa., aí sim cometendo uma heresia, volte atrás na decisão tomada.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) -

Como o ilustre Deputado Erondy Silvério, Presidente da Comissão e Justiça, se referiu à minha pessoa, sinto-me no dever de dizer que não dormimos, a Deputada Emilia não dormiu, estamos todos atentos. Acontece que jamais poderia passar pela nossa cabeça que V. Exa., como Presidente da Assembléia Legislativa, fosse decidir sobre matéria constitucional, ou não constitucional...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Podem não ter dormido, mas são surdos.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Porque Sr. Presidente, nem o Deputado Erondy Silvério, Presidente da Comissão e Justiça tem poder para arquivar, ou para deixar de colocar em discussão e em votação qualquer matéria que seja objeto de apreciação pela Comissão de Constituição e Justiça.

Estamos até mesmo e enviamos emenda solicitada por V. Exa. ao Regimento Interno para que as matérias manifestamente inconstitucionais sejam devolvidas pela C.C.J. para que V. Exa. possa mandar arquivá-la. Porque nem o Presidente da C.C.J., que é investido de tantos e tantos poderes, pode assim proceder.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Após a manifestação do Deputado Erondy Silvério, colocando que tínhamos dormido, quero dizer aos demais Deputados e à Mesa, que apresentamos emenda aos 4 projetos de lei de reajuste salarial. E V. Exa. não leu, a Presidência não leu a emenda colocada por

este Parlamentar a este segundo projeto. O que significa que não são os Deputados que dormiram, digo os Deputados todos, porque a vigilância quanto à legalidade e constitucionalidade não cabe somente aos autores de emendas, mas cabe a todos os Deputados desta Casa. Provavelmente a posição do Presidente, a decisão dele, tomou todos nós de surpresa, uma vez que isto nunca foi feito nesta Casa. E até alguém tomar a iniciativa que foi tomada por nós, nosso pedido da bancada de oposição, foi que levou à discussão. Mas não há cochilo de ninguém. E o que ocorre é a decisão tomada pelo Presidente, que tomou de surpresa.

Agora ocorre que num segundo momento a emenda ao item dois da pauta, ao Projeto de Lei nº 09/94, que também está sobre a Mesa também não foi nem citado por dizer que não estava sendo aceito e entrou em regime de votação. Então, no caso a Mesa também estaria dormindo, a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta

Presidência, antes de proceder à verificação de votação, e respondendo a todas as questões de ordens, mantém a sua decisão de não receber as emendas, até porque já não recebeu e considero o assunto encerrado. Isto já foi plenamente esclarecido, devidamente respaldado pela Constituição nos seus artigos 66 e 68, bem como no Regimento desta Casa que diz: "não será considerado objeto de deliberação o projeto manifestamente inconstitucional e antiregimental". E cabe, evidentemente, a esta presidência, zelar pelo cumprimento da Constituição e também pelo cumprimento do que estabelece o Regimento.

Os Senhores Deputados retomem os seus lugares para verificação de votação do Projeto 005/94, de autoria da Procuradoria-Geral da Justiça. Os Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

Vinte e oito Senhores Deputados aprovam. **Está aprovado o projeto, artigo por artigo.**

ITEM 03

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 006/94, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça que reajusta os vencimentos dos cargos efetivos, em Comissão e as funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do quadro de pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, a partir de 1º de fevereiro de 1994. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO,  
AO PROJETO DE LEI Nº 006/94

A presente proposição altera o art. 3º do projeto de lei em tela, passando a ter a seguinte redação:

Art. 3º - "O valor do salário-família, por dependente legal, fica reajustado para CR\$ 12.848,70 (doze mil, oitocentos e quarenta e oito cruzeiros reais e setenta centavos), ou seja, 30% (trinta por cento) do salário-mínimo, a partir de 01 de fevereiro de 1994".

Sala das Sessões, em 24.02.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: Luiz Carlos Martins, Rossoni, Geraldo Cartário e Lourenço Fregonese.

JUSTIFICATIVA:

A alteração do referido artigo deve-se a finalidade de se adequar o benefício ao objetivo da legislação que instituiu, ou seja, de auxiliar ao trabalhador no sustento educação de seus filhos e/ou dependentes, conforme dispõe a Lei Federal nº 4266/63, responsável pela implantação do salário família a nível nacional. Embora a legislação fosse concernente aos celetistas, o regime estatutário do Paraná, através da Lei 6325 de 27/10/72, recepcionou o mesmo espírito em seu art. 195.

A vinculação ao salário-mínimo, na propositura em questão, encontra respaldo legal na Lei Federal 7789/89, que em seu artigo 3º, ressaltou "os benefícios de prestação continuada pela Previdência Social da vinculação do salário mínimo". Isto é, somente estes benefícios podem ser vinculados ao salário mínimo, sendo vedada qualquer outra vinculação do salário mínimo, para qualquer outro fim.

Logo, a emenda em questão, visa adequar o projeto de lei em exame aos ditames legais vigentes, supra mencionados; aproximando-se de sua finalidade. Evidente que 30% do salário-mínimo ainda não chega a cumprir o escopo da norma, pois a realidade dos preços de nossa economia afronta as expectativas legais. Entretanto, auxilia o trabalhador de forma mais realística que CR\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta cruzeiros reais), importância inferior a um litro de leite ou a um caderno mais simples.

Ao projeto também está sendo proposta emenda de autoria do Deputado Rosinha e pelas mesmas razões, anteriormente anunciadas, com base nos artigos 66 e 68 a emenda também não é recebida. Em discussão. Em votação. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 007/94, de autoria do Tribunal de Contas - Of. nº 220/94, que reajusta as tabelas de vencimentos dos funcionários do quadro de pessoal do Tribunal de Contas, em fevereiro de 1994. Com PARECERES FAVORÁVEIS da

C.C.J e C.F..

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO,

AO PROJETO DE LEI Nº 007/94

A presente proposição altera o art. 3º do plano de lei em epígrafe, em sua última frase, para:

"...o valor do salário-família, por dependente legal, para CR\$ 12.848,70 (doze mil, oitocentos e quarenta e oito cruzeiros reais e setenta centavos) ou seja, 30% (trinta por cento) do salário-mínimo, a partir de 01 de fevereiro de 1994".

Sala das Sessões, em 24.02.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: Luiz Carlos Martins, Rossoni, Geraldo Cartário e Lourenço Fregonese.

JUSTIFICATIVA:

A alteração do referido artigo deve-se a finalidade de se adequar o benefício ao objetivo da legislação que o instituiu, ou seja, de auxiliar ao trabalhador no sustento e educação de seus filhos e/ou dependentes, conforme dispõe a Lei Federal nº 4266/63, responsável pela implantação do salário-família a nível nacional. Embora a legislação fosse concernente aos celetistas, o regime estatutário do Paraná, através da Lei 6325 de 27/10/72, recepcionou o mesmo espírito em seu art. 195.

A vinculação ao salário-mínimo, na propositura em questão, encontra respaldo legal na Lei Federal 7789/89, que em seu art. 3º, ressaltou "os benefícios de prestação continuada pela Previdência Social da vinculação do salário-mínimo". Isto é, somente estes benefícios podem ser vinculados ao salário-mínimo, sendo vedada qualquer outra vinculação do salário-mínimo, para qualquer outro fim.

Logo, a emenda em questão, visa adequar o projeto de lei em exame aos ditames legais vigentes, supra mencionados; aproximando-se de sua finalidade. Evidente que 30% do salário-mínimo ainda não chega a cumprir o escopo da norma, pois a realidade dos preços de nossa economia afronta as expectativas legais. Entretanto, auxilia o trabalhador de forma mais realística que CR\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta cruzeiros reais), importância inferior a um litro de leite ou a um caderno mais simples.

Também ao projeto é apresentada emenda que, pelas razões já anunciadas, com base nos artigos 66 e 68, deixa de ser recebida pela Presidência. Em discussão. Em votação. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

ITEM 05

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 008/94, autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Os níveis de vencimentos do Procurador Geral, dos Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas e Auditores, ativos e inativos ficam reajustados em 60% (sessenta por cento), a partir de 1° de Fevereiro de 1994. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 06

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 009/94, autoria do Tribunal de Justiça - Of. n° 113/94. Reajusta a partir de 1° de fevereiro, os vencimentos dos Servidores ativos e inativos do Poder Judiciário e adota outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO  
PROJETO DE LEI N° 009/94

A presente proposição altera o art. 3° do projeto de lei em tela, passando a ter a seguinte redação:

Art. 3° - "o valor do salário-família, por dependente legal, fica reajustado para Cr\$ 12.848,70 (doze mil, oitocentos e quarenta e oito cruzeiros reais e setenta centavos), ou seja, 30% (trinta por cento) do salário-mínimo, a partir de 01 de fevereiro de 1994".

Sala das Sessões, em 24.02.94

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: Luiz Carlos Martins, Rossoni, Geraldo Cartário, Lourenço Fregonese.

## JUSTIFICATIVA:

A alteração do referido artigo deve-se a finalidade de se adequar o benefício da legislação que o instituiu, ou seja de auxiliar ao trabalhador no sustento a educação de seus filhos e/ou dependentes, conforme dispõe a Lei Estadual n° 4.266/63, responsável pela implantação do salário-família a nível nacional. Embora a legislação fosse concernente aos celetistas, o regime estatutário do Paraná, através da Lei n° 6.325 de 27/10/72, recepcionou o mesmo espírito em seu art. 195.

A vinculação ao salário-mínimo, na proposição em questão, encontra respaldo legal na Lei Federal n° 7.789/89, que em seu art. 3°, ressaltou "os benefícios de prestação continuada pela Previdência Social da vinculação do salário-mínimo". Isto é, somente estes benefícios podem ser

vinculados ao salário mínimo, sendo vedada qualquer outra vinculação do salário-mínimo, para qualquer outro fim.

Logo, a emenda em questão, visa adequar o projeto de lei em exame aos ditames legais vigentes, supra mencionados; aproximando-se de sua finalidade. Evidente que 30% do salário-mínimo ainda não chega a cumprir o escopo da norma, pois a realidade dos preços de nossa economia afronta as expectativas legais. Entretanto, auxilia o trabalhador de forma mais realística que Cr\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta cruzeiros reais), importância inferior a um litro de leite ou a um caderno mais simples.

Também foi oferecida uma emenda que deixamos de receber com base no Regimento e com base nos artigos 66 e 68 que não permitem esse tipo de iniciativa. Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente. Quero louvar V. Exa. pelo zelo que demonstra em ver cumprida a Constituição do Estado, deixando de receber emendas que são, evidentemente, inconstitucionais, apesar de algumas opiniões em contrário que eu respeito.

Entretanto, o nobre Deputado Colombino Grassano levantou uma questão de ordem na sua argumentação muito oportuna. E V. Exa. que foi tão cioso em manter o espírito da Constituição, em rejeitando essas emendas, deve, agora, ser coerente e devolver ao Senhor Governador do Estado a mensagem que ele manda para esta Casa para que esta Casa inclua na Constituição do Estado, dispositivo que possibilite a quebra de sigilo bancário.

Já enviei a V. Exa. autorização para a quebra do meu sigilo bancário. Não tenho receio. Mas a matéria é manifestamente inconstitucional por quê? Porque a lei federal, não me lembro o número, que criou o Banco Central do Brasil inseriu em um dos seus artigos a adoção do sigilo bancário e foi mais além, estabeleceu pena até de prisão para os que não observassem o sigilo bancário.

Agora vem o Senhor Governador do Estado mandar a esta Casa uma mensagem, querendo que se inclua na Constituição do Estado um dispositivo que permita quebra do sigilo bancário.

As intenções de Sua Excelência podem ser até louváveis, eu acho que nesse momento que vive a Nação, todos os homens públicos devem abrir suas contas, eu acho louvável, mas achar louvável para partir para a inconstitucionalidade a diferença é longa, é quilométrica. Primeiro, tem que acontecer duas coisas, ou uma lei federal revogando o dispositivo da lei que instituiu o sigilo bancário, ou na tal revisão

constitucional se insira na Constituição um dispositivo que permita a quebra do sigilo bancário, daí sim, poderá ser adotada pela Constituição do Estado na sua revisão também a Carta Estadual.

Portanto, Vossa Excelência não deve e deve voltar atrás, deve refluir, não deve abrir prazo para apresentação de emendas, não deve solicitar aos senhores líderes de bancadas que indiquem o representante na Comissão Especial, deve devolver ao Senhor Governador do Estado por inconstitucional a matéria.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores e Senhora Deputada.

O artigo 66 da Constituição Estadual, no qual o Presidente baseou-se para tomar as decisões, diz que "ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre..."

Aí coloca vários incisos:

Privativas do Governador do Estado.

Os projetos de lei que nós apresentamos emendas são iniciativa do Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Procuradoria Geral da Justiça, portanto, não é de iniciativa privativa do Senhor Governador e se Vossa Excelência alegou o artigo 66, errou, porque não é baseado no artigo 66 da Constituição.

Nesse sentido, questiono a Mesa e pergunto, em que artigo da Constituição do Estado do Paraná baseou-se Vossa Excelência para tomar tal decisão?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Artigo 68, Deputado. "Não é admitido aumento de despesa prevista:

II - nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Assembleia Legislativa, dos Tribunais Estaduais e do Ministério Público".

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Inciso II

- nos projetos sobre organização, esses projetos não são sobre organização desses órgãos, mas sim sobre remuneração dos servidores, sobre reajuste salarial, sobre benefícios, remuneração e vencimentos, portanto, não cabe também esse artigo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado, a questão da organização do quadro dos servidores está implícita a questão da remuneração e Vossa Excelência como estudioso do assunto sabe disso.

ITEM 07

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 011/94, de autoria do Deputado Geraldo Cartário Ribeiro, que concede o título de

Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Doutor Mário Alberto Nobre Soares, Presidente da República de Portugal. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 08

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 016/94, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Sengés, o imóvel conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 09

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 020/93, autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti. Autoriza a realização de Plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Campo Magro, desmembrado do Município de Almirante Tamandaré. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 020/93

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Campo Magro, desmembrado do Município de Almirante Tamandaré-PR.

Itaperuçu - começa na confluência com o Rio Ouro Fino e Rio Capivara, segue pelo Rio Capivara até a foz do Rio Betara, segue pelo referido Rio até a foz do Rio Pocinho;

Almirante Tamandaré - começa na foz do Rio Pocinho, segue pelo referido Rio até o ponto de encontro de uma estrada, segue pela referida estrada até o ponto de encontro com o Rio Passaúna;

Curitiba - começa no ponto de encontro de uma estrada com o Rio Passaúna, segue pelo Rio até o ponto de encontro com uma linha seca, na foz do Rio Cachoeira;

Campo Largo - começa no ponto de encontro com o Rio Passaúna e uma linha seca, segue até o encontro da Estrada. Segue pela referida estrada até o ponto de encontro com o Rio Ouro Fino, segue pelo Rio até a confluência com o Rio Capivara, ponto de partida.

Sala das Sessões, em 18.10.93

(a) Orlando Pessuti

PROJETO DE EMANCIPAÇÃO

MUNICÍPIO ALMIRANTE TAMANDARÉ

DISTRITO CAMPO MAGRO



## MEMORIAL DESCRITIVO

**Itaperuçu** - começa na confluência com o Rio Ouro Fino e Rio Capivara, segue pelo Rio Capivara até a foz do Rio Betara, segue pelo referido Rio até a foz do Rio Pocinho;

**Almirante Tamandaré** - começa na foz do Rio Pocinho, segue pelo referido Rio até o ponto de encontro de uma estrada, segue pela referida estrada até o ponto de encontro com o Rio Passaúma;

Obs: Confirmar os nomes das estradas

**Curitiba** - começa no ponto de encontro de uma estrada com o Rio Passaúma, segue pelo Rio até o ponto de encontro com uma linha seca, na foz do Rio Cachoeira;

**Campo Largo** - começa no ponto de encontro com o Rio Passaúma e uma linha seca, segue até o encontro da Estrada. Segue pela referida estrada até o ponto de encontro com o Rio Ouro Fino, segue pelo Rio até a confluência com o Rio Capivara, ponto de partida.

Obs: Confirmar os nomes das estradas.

Confirmar o nome do Rio Cachoeira.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO n° 020/93  
AUTOR: DEPUTADO ORLANDO PESSUTI

Propôs o autor Projeto de Resolução, visando autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, para a criação do Município de Campo Magro, desmembrado do Município de Almirante Tamandaré.

Após análise constitucional, legal e regimental nada foi constatado que possa impedir sua tramitação regimental.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário. É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.12.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

Dalton Machuca - Relator

**Em votação.**

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Já tenho me manifestado anteriormente, reiteradamente sempre que esta Casa aprecia projeto de resolução que objetiva a transformação de Distrito em Município, no ano de 91/92 nesta Casa criou-se dezenas de municípios. Alguns, de maneira justificada amplamente. Outros, não. Alguns, sequer população tinham.

A lei que nós temos é ultrapassada.

Ela tem que ser regulamentada por esta Casa, Sr. Presidente. Há um Projeto do Deputado Nelson Justus e não sei se de outro Deputado, também, acerca do assunto. Não tenho nada contra a criação do Distrito encravado no Município de Almirante Tamandaré, Campo Magro. Mas, eu conheço distritos que nós transformamos em municípios que é quase uma vergonha! Que não têm a menor condição de sua sustentação!

O Congresso Nacional, agora, na revisão da Constituição Brasileira, através do seu relator, propõe e não se há fundamento ou não, se deve ser aprovado ou não, mas propõe a redução do número de vereadores nos municípios brasileiros. E nós, do Paraná, continuamos numa "mensagensinha", numa "leisinha" criando mais municípios!

Por que não incluímos, Sr. Presidente, e eu já fiz esta sugestão algumas vezes à Mesa, para que se vote, se aprecie, se melhore até se for o caso, o Projeto do Deputado Nelson Justus, mas que nós aprimoremos o processo, que façamos uma Lei condizente com a realidade paranaense, a única exigência legal que se tem no Paraná para criar, para transformar distritos em municípios é que tenha uma população de 5 mil habitantes. Qual é o distrito, nas proximidades da grande Curitiba que não tem 5 mil habitantes, Sr. Presidente? Daqui a pouco nós vamos pegar Araucária e transformá-la em 10 municípios. Almirante Tamandaré, a mesma coisa! Nós vamos pegar Pinhais, São José dos Pinhais. Por que? Pela obrigação da lei atual, é apenas que tenha 5 mil habitantes, Deputado Toti Colação. E eu não tenho, repetindo, procuração de ninguém. O meu voto é isolado. Mas eu, ainda, Sr. Presidente, proponho a V.Exa. e à Mesa que antes que se vote criação de novos municípios no Paraná, que façamos uma lei atual, condizente com a realidade paranaense. Não é só a população de 5 mil habitantes numa região qualquer no espaço demográfico que pode determinar a criação ou não de um novo município. Este é o apelo que faço a V.Exa..

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) -  
1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 020/93.

Em discussão. Em votação. Para Encaminhar, com a palavra o Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Quando Líder da Bancada do PT, participei de várias reuniões entre as Lideranças e a Presidência desta Casa. E por mais de um momento veio à tona a discussão de criação de municípios e também a discussão do Projeto de Lei do Deputado Nelson Justus. E por mais de um momento definiu-se que o Projeto do Deputado Nelson Justus



entraria na Ordem do Dia. E até hoje não consta na Ordem do Dia.

É lógico que alguns Líderes ou a Presidência podem dizer que este tipo de acordo não houve. Por isso, eu sugiro que daqui para a frente, todas as reuniões de lideranças e a Presidência, faça-se a ata das decisões, para saber quem furou e quem deixou de furar na hora de colocar na Ordem do Dia as questões.

Em segundo lugar, este Projeto para apresentação de Projetos de Lei visando plebiscito, é necessário que se tenha um memorial descritivo. Basta olhar na Ordem do Dia de hoje, quando coloca um memorial descritivo é praticamente inexistente.

Quando se refere ao Município de Almirante Tamandaré, observação, lá na página, "confirmar o nome das estradas", portanto não se sabe nem que estrada vai se considerar como limite de município! No Município de Campo Largo, observação: "confirmar o nome das estradas", "confirmar o nome do Rio Cachoeira". Será que se chama Rio Cachoeira e é lá que vai ser dividido?

E já foi votado Projeto de Lei, aqui, e que no memorial descritivo dizia que passava a linha imaginária pela casa de fulano de tal. Ou tinha que mudar a Casa, o fulano de tal, de lugar ou muda o limite do município. Então, não pode ser votado este tipo de projeto de lei, aqui. Eu apelo, Senhor Presidente que retire da Ordem do Dia, coloque o do Deputado Nelson Justus, a partir da aprovação do Projeto de Lei do Deputado Nelson Justus aí sim passa-se a discutir a criação de novos Municípios. É um apelo que eu faço: que se retire da Ordem do Dia tal Projeto que ora está em votação.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, é visível a inexistência de Parlamentares para prosseguimento da Sessão. Eu requeiro a Vossa Excelência a verificação de quórum, tendo em vista que nós estamos aí praticamente em quatro Parlamentares.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - A visibilidade já estava comprometida Sr. Deputado desde quando foi anunciado com vinte e oito Deputados que não tinha na Casa.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Nós estamos discutindo o Projeto de Lei, o item número 09, de autoria inclusive do Presidente da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência colocará o Projeto em votação, se Vossa Excelência assim o dese-

jar poderá solicitar verificação de votação.

Está em votação o Projeto de Resolução 020/93. Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Eu requeiro verificação de votação com todo respeito muito embora seja de sua autoria o Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Senhores Deputados que aprovam o Projeto queiram levantar-se.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Eu requeiro a Vossa Excelência chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Nós estamos procedendo verificação de votação requerido por Vossa Excelência.

Dois Deputados aprovam. Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Três Deputados. Não há quórum para deliberação, nem para prosseguimento da Sessão.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nesse dia negro para a Assembléia Legislativa, onde se firma uma jurisprudência sobre a competência do Presidente da Assembléia Legislativa eu quero solicitar a Vossa Excelência que transmita a sua assessoria que compõe a Ordem do Dia das Sessões Legislativas que a partir da próxima segunda-feira, atendendo ao que determina o Regimento Interno, não faça constar para votação Projetos de utilidade pública e Projetos que concedem título de cidadania às pessoas no Paraná. Porque o Regimento Interno é expresso nessa questão onde não se exige a apreciação por parte do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a Mesa, Requerimento nº 161, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 020/93.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs. 480, 486, 688 e 689/93.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 001/92.

Levanta-se a sessão.

## Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições:

R E S O L V E:

## PORTARIA N° 06/94

colocar à disposição do Departamento da Polícia Civil do Estado do Paraná 7° Distrito, o funcionário deste Poder Legislativo, regido pelo Regime Jurídico Único, GERSON FRANCISCO CORNELIO DA SILVA, a partir de 17 de janeiro de 1994, com ânus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 1994.

(Prot. n° 448/94).

## PORTARIA N° 07/94

colocar, à disposição do Governo do Estado do Paraná (Casa Civil), a funcionária ROSÁRIA FÁTIMA BARWINSKI, regida pelo Regime Jurídico Único, desta Casa de Leis, a partir de 01 de Janeiro de 1994, com ânus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 1994.

(Prot. n° 195/94)

Gabinete da Diretoria Geral, em 26.01.94

## PORTARIA N° 021/94

Prorrogar, a disposição funcional do funcionário LUIZ PAULO JOHANSSON, Engenheiro Florestal, desta Casa de Leis, junto a Copel, até 31 de dezembro de 1994, nos termos da cedência anterior.

Gabinete da "Diretoria Geral", em 18.02.94

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Atas das Comissões:

## COMISSÃO DE FINANÇAS

12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 18.<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de dezembro de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se extraordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor vice-Presidente, Deputado Djalma Cesar, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nereu Moura, Duílio Genari e Ovídio Constantino. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 651/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini. Relator Deputado Ovídio Constantino. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 713/93, de autoria do Poder Executivo- Mensagem n° 100/93. Relator Deputado Ovídio Constantino. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Decreto Legislativo n° 003/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti e outros. Relator Deputado Duílio Genari. Parecer FA-

VORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 734/93, de autoria do Tribunal de Justiça. Relator Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei n° 739/83, de autoria do Tribunal de Contas- Ofício n° 2038/93. Relator. Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei n° 740/93, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício n° 2039/93. Relator Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei n° 733/93, de autoria do Poder Executivo- Mensagem n° 112/93. Relator Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL- APROVADO. 08) Projeto de Lei n° 738/93, de autoria do Tribunal de Contas- Ofício n° 2047/93. Relator. Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 09) Projeto de Lei n° 737/93, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício n° 2046/93. Relator Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL- APROVADO. 10) Projeto de Lei n° 736/93, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça- Ofício n° 1040. Relator Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 11) Projeto de Lei n° 735/93, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça. Relator Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 12) Projeto de Lei n° 609/93, de autoria do Deputado Ovídio Constantino. Relator Deputado Élio Rusch. Este Parecer foi lido pelo Deputado Nereu Moura que REQUER vistas. O Senhor Presidente DEFERE. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(a) DJALMA CESAR - Presidente

NEREU MOURA

DUÍLIO GENARI

OVÍDIO CONSTANTINO

WILSON PENKA

Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 19.<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de dezembro de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se extraordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor vice-Presidente, Deputado Djalma Cesar, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Élio Rusch, Ovídio Constantino, Júlio Bifon, e Oswaldo Trevisan. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 748/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 113/93. Relator Deputado Oswaldo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 752/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n°

118/3. Relator Deputado Oswaldo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 753/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 119/93. Relator Deputado Oswaldo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 749/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 114/93. Relator Deputado Júlio Bifon. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei n° 761/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Relator Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei n° 762/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 122/93. Relator Deputado Júlio Bifon. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei n° 750/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 115/93. Relator Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei n° 751/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 117/93. Relator Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 09) Projeto de Lei n° 754/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 120/93. Relator Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente pelos Srs. Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(a) DJALMA CESAR  
Presidente  
Wilson Penka  
Secretário

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.<sup>a</sup> Legislatura - 3.<sup>a</sup> Sessão Legislativa  
Ata da 32.<sup>a</sup> Reunião Ordinária

Aos quatorze dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Paulo Maia, Ernani Pudell, Emilia Belinati, Oswaldo Trevisan, Arlindo Troian, Alceu Swarowski, Dalton Machuca, Colombino Grassano, Toti Colago, João Iensen, Antônio Costenaro Neto, Nilton Barbosa e mais os Deputados: Júlio Bifon e Djalma de Almeida César. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, passando em seguida à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 272/93 do Deputado Toti Colago. PARECER FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti - APROVADO; 2) Projeto de Lei n° 702/93 do Deputado Mário Bezerra. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 3) Projeto de Lei n° 731/93 do Deputado Toti Colago. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 4) Projeto de Lei

n° 406/93 do Deputado Luiz Antonio Setti. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 05) Projeto de Lei n° 545/93 do Deputado Geraldo Cartário. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 6) Projeto de Lei n° 730/93 do Deputado Severino Félix. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 7) Projeto de Lei n° 594/93 do Deputado Nereu Moura. Concedido vistas ao Deputado Dalton Machuca. 8) Projeto de Lei n° 530/91 do Deputado Valdir Rossoni. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 9) Projeto de Lei n° 732/93 do Deputado Edson Silva Lino. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Toti Colago - APROVADO; 10) Projeto de Lei n° 729/93 do Deputado Severino Félix. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 11) Projeto de Lei n° 709/93 do Deputado Severino Félix. O Deputado Relator Dalton Machuca requer diligência - DEFERIDO; 12) Projeto de Resolução n° 020/93 do Deputado Orlando Pessuti. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Dalton Machuca - APROVADO; 13) Projeto de Lei n° 220/93 do Deputado Nilton Barbosa. PARECER FAVORÁVEL às emendas do Deputado Dalton Machuca - APROVADO; 14) Projeto de Lei n° 707/93 do Deputado Duílio Genari. O Deputado Relator Ernani Pudell requer diligência - DEFERIDO; 15) Projeto de Lei n° 727/93 do Deputado Renato Adur. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Ernani Pudell - APROVADO; 16) Projeto de Lei n° 714/93 do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 17) Projeto de Lei n° 720/93 do Poder Executivo. O Senhor Presidente diz ter tomado a liberdade de convidar o Senhor Diretor da Receita Estadual para esclarecer sobre o conteúdo de tal Mensagem Governamental. O Deputado Colombino Grassano exara seu parecer e o Senhor Diretor faz seus esclarecimentos - APROVADO O PARECER; 18) Projeto de Lei n° 467/93 do Deputado Nereu Moura. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Toti Colago - APROVADO; 19) Projeto de Resolução n° 005/93 do Deputado Severino Félix. PARECER FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.<sup>a</sup> Legislatura - 3.<sup>a</sup> Sessão Legislativa  
Ata da 15.<sup>a</sup> Reunião Extraordinária

Aos quatorze dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes

Deputados: Oswaldo Trevisan, Ernani Pudell, Colombino Grassano, Emilia Belinati, Toti Colaço, Alceu Swarowski, Antonio Costenaro Neto e mais os Deputados Basílio Zanusso, Djalma de Almeida César e Valderi Vilela. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, passando em seguida à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 262/93 do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 2) Projeto de Lei nº 748/93 do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia com voto contrário dos Deputados Ernani Pudell, Emilia Belinati, Colombino Grassano e Valderi Vilela - APROVADO; 3) Projeto de Lei nº 750/93 do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 4) Projeto de Lei nº 754/93 do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 5) Projeto de Lei nº 749/93 do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Alceu Swarowski - APROVADO; 6) Projeto de Lei nº 761/93 do Deputado Orlando Pessuti. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Alceu Swarowski - APROVADO; 7) Projeto de Lei nº 751/93 do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 8) Projeto de Lei nº 752/93 do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Valderi Vilela - APROVADO; 9) Projeto de Lei nº 753/93 do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 10) Decreto Legislativo nº 03/93 do Deputado Orlando Pessuti e outros. PARECER FAVORÁVEL às Emendas, do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO. O Senhor Presidente diz ser essa a última reunião do ano, aproveitando para agradecer a assiduidade dos Senhores Deputados e pede escusas se

porventura alguma vez agiu de maneira contrária ao Regimento Interno da Casa. Orgulha-se de nunca ter sido encaminhado Projetos sem o parecer dessa Comissão ao Plenário. O Deputado Antonio Costenaro registra dois fatos importantes nessa Comissão: Tiveram dois grandes professores, os Deputados Colombino Grassano e Erondy Silvério, e o ritmo de trabalho que impera nessa CCJ, fazendo com que se orgulhem de ser membros. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.<sup>a</sup> Legislatura - 3.<sup>a</sup> Sessão Legislativa  
Ata da 16.<sup>a</sup> Reunião Extraordinária

Aos quatorze dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Oswaldo Trevisan, Djalma de Almeida César, Toti Colaço, Júlio Bifon, Alceu Swarowski, Antônio Costenaro Neto, Nelson Garcia, João Iensen e Nilton Barbosa. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, passando em seguida à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 733/93 do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL às Emendas, do Deputado Arlindo Troian. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
ANA LUCIA ANDRETTA - Secretária